

A partilha do pré-sal

Rogério L. Furquim Werneck*

Nada desperta tanto interesse quanto a partilha da fartura inesperada. Nas últimas semanas, a mídia vem registrando debate cada vez mais ruidoso sobre o petróleo do pré-sal, os ganhos que poderá proporcionar e o destino da farta receita adicional que a exploração das novas jazidas deverá propiciar ao governo.

Mesmo quando se descartam avaliações mais fantasiosas, sobram razões para se crer que as descobertas do pré-sal podem ter de fato aberto perspectivas incomparavelmente mais promissoras para a produção de petróleo no Brasil. Saber tirar o melhor proveito possível dessa oportunidade é mais um grande desafio de ação coletiva com que agora se defronta o País.

De um lado, vai ser necessário manter um marco regulatório bem concebido, que possa prover segurança jurídica e incentivos adequados, para viabilizar o gigantesco esforço de investimento que será requerido para transformar as jazidas do pré-sal em petróleo comercializável em larga escala. De outro, vai ser fundamental conter e ordenar a disputa que já se delinea, nos mais diversos níveis, pela receita fiscal que as novas reservas deverão propiciar.

Embora as duas questões não sejam perfeitamente dissociáveis, bem fará o governo se as mantiver tão separadas quanto possível. Será lamentável se a voracidade da disputa pelos recursos fiscais vier a impedir desenho bem concebido do marco regulatório, ao politizar a discussão técnica que deveria presidir a contraposição de diferentes soluções para esse desenho.

Mal iniciado o debate, os recursos do pré-sal já estão sendo vistos como solução fácil para uma lista interminável de problemas que vai da educação à saúde, da crise da Previdência ao reequipamento das forças armadas, da reforma tributária à eliminação definitiva da pobreza, do desenvolvimento científico e tecnológico à redenção dos Estados e municípios.

O que se noticia é que Lula anda fascinado com a possibilidade de anunciar, bem antes do final de seu mandato, um projeto nacional de grande porte baseado no pré-sal. É mais do que natural que o presidente esteja contemplando tal possibilidade. Mas se é essa a idéia, Lula deveria ser o maior interessado em evitar que a viabilização do projeto seja comprometida por uma batalha política predatória, em campo aberto, envolvendo ministros – civis e militares – congressistas, governadores e prefeitos, em desordenada disputa por nacos do pré-sal. Além dos entraves e atrasos que tal

contenda poderá trazer aos investimentos que se farão necessários, é difícil que dela possa resultar uso defensável da renda de escassez que poderá advir da exploração do pré-sal.

Conviria ao País que a discussão sobre como regular a estruturar a exploração do pré-sal e repartir seus ganhos fosse encaminhada pelo governo em plano suprapartidário, como questão de Estado. Angariar o apoio da parte mais séria da oposição parece ser a melhor forma de manter a discussão no trilho, tornando-a menos vulnerável a inevitáveis pressões mais inconseqüentes que deverão advir tanto da base governista como da oposição.

A discussão promete ser complexa e alia aspectos estritamente técnicos, como o desenho do aparato regulatório, a questões de inegável natureza política, como o destino dos recursos que forem auferidos pelo governo. Para que possa ser encaminhada com sucesso no plano suprapartidário, é fundamental que o governo se preocupe em conduzir a parte técnica do debate com isenção e objetividade, evitando idéias preconcebidas, imposições e fatos consumados. É mais fácil construir apoio amplo em torno de soluções técnicas bem concebidas e respeitáveis.

A essa altura, é mais do que sabido que Lula não alimenta ilusões sobre as dificuldades que podem estar envolvidas na tramitação de matérias complexas no Congresso. Há poucos dias, em reunião do Conselho Político, recorreu a uma metáfora pitoresca que não deixa dúvida quanto à sua apreensão com tais dificuldades. “A gente manda um cavalinho de corrida para o Congresso e ele volta um camelo, todo deformado”. Melhor que ninguém, Lula sabe que, na tramitação da partilha do pré-sal no Congresso, todo cuidado é pouco. Se o projeto não for bem conduzido, o Congresso pode perfeitamente lhe devolver um monstruoso camelo extra-terrestre, com insaciável sede de petróleo, que faria sucesso em filme de Spielberg.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.